

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens constituídos pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto CB1A1AAA

1 No pensamento filosófico da Antiguidade, a dignidade
(*dignitas*) da pessoa humana era alcançada pela posição social
ocupada pelo indivíduo, bem como pelo grau de
4 reconhecimento dos demais membros da comunidade. A partir
disso, poder-se-ia falar em uma quantificação (hierarquia) da
dignidade, o que permitia admitir a existência de pessoas mais
7 dignas ou menos dignas.

Frise-se que foi a partir das formulações de Cícero que
a compreensão de dignidade ficou desvinculada da posição
10 social. O filósofo conferiu à dignidade da pessoa humana um
sentido mais amplo ligado à natureza humana: todos estão
sujeitos às mesmas leis da natureza, que proíbem que uns
13 prejudiquem aos outros.

No círculo de pensamento jusnaturalista dos séculos
XVII e XVIII, a concepção da dignidade da pessoa humana
16 passa por um procedimento de racionalização e secularização,
mantendo-se, porém, a noção básica da igualdade de todos os
homens em dignidade e liberdade. Nesse período, destaca-se a
19 concepção de Emmanuel Kant de que a autonomia ética do ser
humano é o fundamento da dignidade do homem. Incensurável
é a permanência da concepção kantiana no sentido de que a
22 dignidade da pessoa humana repudia toda e qualquer espécie
de coisificação e instrumentalização do ser humano.

Antonio da Rocha Lourenço Neto. **Direito e humanismo**: visão filosófica, literária e histórica. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2013, p.148-9 (com adaptações).

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto CB1A1AAA, julgue os próximos itens.

- 1 No primeiro parágrafo, os parênteses foram empregados para isolar palavras cuja função é explicar o sentido do elemento que imediatamente lhes antecede.
- 2 Seria mantida a coerência do texto se o trecho “a partir das” (ℓ.8) fosse substituído ou por **com base nas** ou por **desde as**, embora essas duas expressões tenham sentidos distintos.
- 3 Seria mantido o sentido do texto caso o trecho “que proíbem que uns prejudiquem aos outros” (ℓ. 12 e 13) fosse reescrito da seguinte forma: o que impossibilita que uns e outros se prejudiquem.
- 4 No terceiro parágrafo, com o emprego de “porém” (ℓ.17), o autor expressa uma oposição entre a ideia de “racionalização e secularização” (ℓ.16) do conceito de dignidade humana e a manutenção da “igualdade de todos os homens em dignidade e liberdade” (ℓ. 17 e 18).

Texto CB1A1BBB

1 O conceito de direitos humanos assenta em um bem
conhecido conjunto de pressupostos, todos eles tipicamente
ocidentais: existe uma natureza humana universal que pode ser
4 conhecida racionalmente; a natureza humana é essencialmente
diferente e superior à restante realidade; o indivíduo possui
uma dignidade absoluta e irredutível que tem de ser defendida
7 da sociedade ou do Estado; a autonomia do indivíduo exige que
a sociedade esteja organizada de forma não hierárquica, como
soma de indivíduos livres. Uma vez que todos esses
10 pressupostos são claramente ocidentais e facilmente
distinguíveis de outras concepções de dignidade humana em
outras culturas, teremos de perguntar por que motivo a questão
13 da universalidade dos direitos humanos se tornou tão
acesamente debatida.

Boaventura de Sousa Santos. **Por uma concepção multicultural dos direitos humanos**. Internet: <www.dhnet.org.br> (com adaptações).

Acerca do texto CB1A1BBB e de seus aspectos linguísticos, julgue os itens que se seguem.

- 5 O texto é essencialmente dissertativo-argumentativo e nele o autor expressa sua opinião a respeito do assunto tratado.
- 6 Mantendo-se a correção gramatical e os sentidos do texto, o último período poderia ser reescrito da seguinte forma: Considerando esses pressupostos como obviamente ligados a noção ocidental de dignidade humana, que se diferencia das de outras culturas, a pergunta a ser feita é: porque a universalidade dos direitos humanos é uma questão que tornou-se tão inflamadamente debatida?

Texto CBIAICCC

1 As audiências de segunda a sexta-feira muitas vezes
revelaram o lado mais sórdido da natureza humana. Eram
relatos de sofrimento, dor, angústia que se transportavam da
cadeira das vítimas, testemunhas e réus para minha cadeira de
juíza. A toga não me blindou daqueles relatos sofridos, aflitos.
As angústias dos que se sentavam à minha frente, por diversas
vezes, me escoltaram até minha casa e passaram a ser
companheiras de noites de insônia. Não havia outra solução a
não ser escrever. Era preciso colocar no papel e compartilhar
a dor daquelas pessoas que, mesmo ao fim do processo e com
a sentença prolatada, não me deixavam esquecer-las.

Foram horas, dias, meses, anos de oitavas de mães,
filhas, esposas, namoradas, companheiras, todas tendo em
comum a violência no corpo e na alma sofrida dentro de casa.
O lar, que deveria ser o lugar mais seguro para essas mulheres,
havia se transformado no pior dos mundos.

Quando finalmente chegavam ao Judiciário e se
sentavam à minha frente, os relatos se transformavam em
desabafos de uma vida inteira. Era preciso explicar, justificar
e muitas vezes se culpar por terem sido agredidas. A culpa por
ter sido vítima, a culpa por ter permitido, a culpa por não ter
sido boa o suficiente, a culpa por não ter conseguido manter a
família. Sempre a culpa.

Aquelas mulheres chegavam à Justiça buscando uma
força externa como se somente nós, juízes, promotores e
advogados, pudéssemos não apenas cessar aquele ciclo de
violência, mas também lhes dar voz para reagir àquela
violência invisível.

Rejane Jungbluth Suxberger. **Invisíveis Marias**: histórias além das
quatro paredes. Brasília: Trampolim, 2018 (com adaptações).

Com base no texto CBIAICCC, escrito por uma juíza acerca de
casos de violência doméstica, julgue os itens a seguir.

- 7 Infere-se do primeiro parágrafo que, para a autora, escrever foi
uma espécie de processo terapêutico.
- 8 No terceiro parágrafo, fica clara a importância da linguagem
nas audiências judiciais, momento em que as vítimas têm a
oportunidade de desabafar, e os juízes, como a autora do texto,
de lhes explicar o trâmite da ação.
- 9 O trecho “juízes, promotores e advogados” (l. 25 e 26) explica
o sentido de “nós” (l.25).
- 10 A alteração da forma verbal “deixavam” (l.11) para o singular
— **deixava** — não comprometeria a correção gramatical do
período em que tal forma aparece, mas modificaria seu sentido
original.

Superior Tribunal de Justiça

XXXX n.º 7789/GP

Brasília, 9 de setembro de 2017.

A Vossa Excelência o Senhor
Desembargador AAAAA
Presidente do
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Assunto: Encerramento de período de cessão de servidores

Excelentíssimo Presidente,

- Em alusão à solicitação de prorrogação de cessão de servidores,
cumprir-me informar a Vossa Excelência que o art. 18 da Resolução STJ/GP
n.º 334, de maio de 2016, estabelece que as cessões desta Corte devem
ater-se ao período de 90 dias.
- Diante disso, indeferi a solicitação de prorrogação de prazo de
cessão de Fulano e Beltrano, que devem, findo o período estipulado,
retornar a suas atividades nesta Corte.

Respeitosamente,

Ministro BBBBB
Presidente

Considerando que o texto apresentado constitua um expediente
hipotético, julgue os itens a seguir, acerca de aspectos da redação
oficial.

- 11 Haja vista os órgãos interlocutores da comunicação, o
expediente apresentado é um ofício.
- 12 O emprego de Vossa Excelência no campo de indicação do
destinatário é considerado inadequado.
- 13 De acordo com as recomendações pertinentes ao emprego de
vocativos em correspondências oficiais, o vocativo
Excelentíssimo Presidente está incorreto, razão por que deveria
ser substituído por **Excelentíssimo Senhor Presidente**.
- 14 O uso da primeira pessoa no expediente hipotético apresentado
não viola a recomendação de impessoalidade da linguagem em
comunicações oficiais.
- 15 O fecho empregado na comunicação em apreço está correto,
uma vez que, no caso, os interlocutores são ocupantes de
cargos de igual hierarquia.

A respeito dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens que
se seguem, tendo como referência a jurisprudência do Supremo
Tribunal Federal.

- 16 O rol dos direitos fundamentais previsto na Constituição
Federal de 1988 é taxativo, isto é, o Brasil adota um sistema
fechado de direitos fundamentais.
- 17 Lei federal que previr o oferecimento, em escolas públicas, de
ensino religioso de natureza confessional ferirá o princípio da
laicidade do Estado.
- 18 O racismo estrutural gera desigualdade material profunda entre
os candidatos inscritos em concurso público, razão pela qual é
constitucional assegurar vantagens competitivas aos que se
autodeclararem negros.
- 19 O princípio da vedação ao anonimato impede que o Ministério
Público, em regra, acolha delação apócrifa como fundamento
para a instauração de procedimento criminal.
- 20 É vedado ao legislador editar lei em que se exija o pagamento
de custas processuais para a impetração de *habeas corpus*.

Com base nas disposições do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e suas alterações, julgue os itens a seguir.

- 21 Caso o presidente do STJ profira decisão que seja objeto de agravo, ele será o relator do recurso.
- 22 Os atos do Conselho da Justiça Federal são irrecorríveis administrativamente, porém as decisões desse órgão podem ser objeto de recurso para o presidente do STJ.
- 23 O presidente e o vice-presidente do STJ integram somente o Plenário e a Corte Especial do tribunal. Ao concluir seus mandatos, no biênio subsequente ao término, é vedado ao vice-presidente ocupar o cargo de presidente do tribunal, devendo ambos retornar às turmas que ocupavam anteriormente.
- 24 Nas férias coletivas do STJ, as atividades judicantes são suspensas, mas podem ser decididos pedidos de liminares em mandado de segurança.
- 25 Assessor de gabinete de ministro do STJ, que seja bacharel em direito, poderá ocupar cargo no quadro de pessoal da Secretaria do tribunal.

De acordo com os conceitos, valores e princípios éticos e morais, bem como com as disposições da Lei n.º 8.429/1992, julgue os itens a seguir.

- 26 O agente público que facilitar a incorporação de verba integrante do acervo patrimonial da União ao patrimônio de pessoa física, ainda que aja de boa-fé e sem dolo ou culpa, praticará ato de improbidade administrativa, submetendo-se às sanções previstas em lei.
- 27 A ideia de probidade administrativa equivale à de moralidade, na medida em que ambas se relacionam à honestidade na administração pública, sendo, por isso, exigidas do agente público a observância dos princípios éticos e a consciência dos valores morais.
- 28 A ética caracteriza-se por ser normativa dentro do grupo social em que ela é observada, na medida em que norteia a conduta do ser humano; entretanto, ela varia de uma sociedade para outra, considerando-se o relativismo cultural.
- 29 O agente público que aceitar emprego para assessorar pessoa física que possa ser favorecida pelas atribuições da função pública desse agente não praticará ato de improbidade administrativa, contanto que, no exercício de suas funções, prime pelo princípio da impessoalidade, não permitindo que sua relação empregatícia influencie em sua função pública.
- 30 O agente público competente que deixar de proporcionar condições de acessibilidade a servidor público cego, deixando-o sem condições de realizar sua função pública, atentar-se contra o princípio da legalidade, constituindo tal conduta ato de improbidade administrativa, sem prejuízo das demais responsabilidades.

Tendo em vista as disposições constitucionais e legais acerca de meio ambiente e política de sustentabilidade, julgue os itens subsequentes.

- 31 No STJ, para a contratação de obras e a compra de materiais, devem-se seguir critérios de sustentabilidade ambiental que levem em conta o processo de extração, transporte, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas, os quais não são exigidos para a contratação de serviços.
- 32 A Constituição Federal veda práticas desportivas que utilizem animais, mesmo que elas se deem no âmbito de manifestações culturais que integrem o patrimônio cultural brasileiro.
- 33 A administração pública federal, que abarca os órgãos do Poder Judiciário, poderá incluir no instrumento convocatório de suas contratações critérios e práticas sustentáveis, como a preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.
- 34 A Agenda Ambiental da Administração Pública estimula a promoção de ações pessoais que envolvam a identificação e a melhoria do local de trabalho do servidor, mas veda a adoção de práticas e atitudes que imprimam características pessoais na decoração do ambiente profissional.
- 35 A implementação de processo judicial eletrônico e a informatização dos processos e procedimentos administrativos são instrumentos da gestão sustentável de documentos, que buscam o consumo consciente de materiais e o combate ao desperdício.

Com base no Estatuto da Pessoa com Deficiência e na Resolução CNJ n.º 230/2016, julgue os itens que se seguem.

- 36 À pessoa com deficiência é garantido o direito ao trabalho de sua livre escolha e em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe facultada a concorrência em concurso público pela reserva de vagas.
- 37 As escolas da rede privada de ensino são obrigadas a promover a inserção de pessoas com deficiência no ensino regular, podendo, para tanto, repassar os custos adicionais para os pais nas mensalidades, com o objetivo de garantir a adaptação do aluno com deficiência.
- 38 A pessoa com deficiência e sob curatela assiste o direito ao matrimônio.
- 39 Por ser direito das pessoas com deficiência o acesso à justiça em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, os órgãos do Poder Judiciário devem dispor de, pelo menos, 5% de seu quadro de pessoal aptos ao uso e à interpretação da LIBRAS.
- 40 O trabalho na modalidade *home office* é garantido preferencialmente aos servidores do Poder Judiciário com mobilidade comprometida, estando o órgão judiciário obrigado a utilizar esse sistema quando forem muito altos os custos para realizar adaptações e tornar as instalações físicas mais acessíveis.